

TV universitária, um modelo em construção entre o público e o privado

Autoras: Flávia Cortese Martelli e Maria Teresa Miceli Kerbauy

Titulação: Mestre em Comunicação / Doutora em Ciências Sociais

Contatos: flavia_martelli@yahoo.com.br / kerbauy@travelnet.com.br

Universidade de Ribeirão Preto / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Resumo: O trabalho proposto parte da premissa que as TVs universitárias, que compõem os canais universitários, tanto públicas como privadas, possuem grande potencial de produção de programas educativos, mas não são detentoras de um modelo sustentável de gestão. As características que delinham as TVs universitárias ainda estão sendo formadas no país, desta forma, necessita-se verificar como as Políticas de Comunicação e as questões administrativas internas das universidades afetam o desenvolvimento e a manutenção das TVs, como também a estrutura de gestão, já que a maior parte dessas emissoras divide o espectro de um mesmo Canal Universitário de TV por assinatura via cabo. Nesse contexto é importante compreender a evolução recente das TVs universitárias e saber de que forma elas ocupam esse espaço público midiático da sociedade moderna.

Palavras – chave: TV universitária; Política de Comunicação; Público; Privado.

1 *Jornalista e mestrandia do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp-Bauru, e-mail: flavia_martelli@yahoo.com.br*

2 *Orientadora do trabalho. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/UNESP, email: kerbauy@travelnet.com.br.*

Introdução

A expansão da televisão no pós-guerra, mudou as relações sociais do homem contemporâneo, principalmente o homem cosmopolita. O papel da mídia, especialmente desempenhado pela televisão, chega num momento de transformação e de valorização da vida íntima – privada, e o esvaziamento da vida pública.

“A história das palavras “público” e “privado” é uma chave para se compreender essa transformação básica em termos de cultura ocidental. (...) Perto do século XVII a oposição entre “público” e “privado” era matizada de modo semelhante ao de seu uso atual. “Público” significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto “privado” significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos (SENNET, 1995, pág. 30).”

É na sociedade contemporânea, marcada pelo crescimento das cidades, pelo surgimento dos conflitos entre diferentes nacionalidades provindas das migrações e pelo consumo desenfreado, que especialmente a televisão tem o seu boom, surgindo como espaço público midiático.

Essa mídia eletrônica passa a ser cultivada em família, através dos noticiários, das novelas, dos programas de entretenimento, causando o abandono do lazer nos espaços públicos coletivos (SOUZA, 2003).

“A televisão colabora com a “reorganização do homem com o espaço” através de um processo complexo: ela valoriza o espaço

privado ao estimular a vida familiar, ou mesmo solitária, em frente ao aparelho transmissor; ela transmite “notícias e imagens” do que acontece “na rua”, simulando a participação do sujeito na vida pública (Ibidem, pág. 2).”

A televisão, dentro desse cenário de profundas mudanças sociais, foi utilizada como ferramenta de consumo de produtos de uma indústria cultural que tinha como base o Capitalismo. No Brasil, diferentemente de países como a Inglaterra e a França, essa mídia surge e se desenvolve nas mãos de empresas privadas, muito embora todas as concessões da TV aberta são públicas e pertencem ao Estado (CAPARELLI, 1982).

As TVs educativas somente começaram a ser pensadas após 20 anos da criação da televisão brasileira, que foi pautada desde os seus primórdios a partir do modelo comercial e desde então convive com o caos regulatório.

Para as emissoras educativas, o decreto 236/673 que as obriga a transmitir somente aulas, conferências e debates, caiu em desuso há mais de dez anos, mas o Ministério das Comunicações considera que continua em vigor, o que deixa as televisões sujeitas a punições (LOBATO, 2009)⁴.

Uma história de desregulamentação

Antes mesmo do surgimento da televisão no Brasil, o Estado já havia previsto o seu caráter de interesse público, seguindo uma tendência nacionalista da época (década de 30). Implantada efetivamente em 1950, por Assis Chateaubriand, a TV

vigente, então, primou pelo modelo comercial. Somente duas décadas depois, num período de crescente industrialização no país, surgem as TVs educativas, tendo como principais propósitos qualificar mão de obra para atuar na nova conjuntura econômica e dar ênfase aos conteúdos educativos que reafirmavam a ideologia da ditadura militar.

“A primeira emissora educativa a entrar no ar foi a TV Universitária de Pernambuco, em 67. Mas como a implantação das TVs públicas se deu sem obedecer a um planejamento que decorre de uma política setorial de governo, entre 1967 e 1974 surgem nove emissoras educativas, cujas origens e vinculação eram as mais diversas (BARBOSA, 2008, pág.50).”

O interesse público e o caráter educativo permeiam até hoje a construção de uma televisão educativa, conceitos que ficaram no campo das ideias. Do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962 até a implantação da Empresa Brasileira de Comunicação em 2007, as TVEs sobreviveram garantindo a outros propósitos, entre eles a barganha política (BOLAÑO, 2007).

Decretos, leis e portarias implantadas desde o surgimento das TVEs objetivando ordenar o seu funcionamento, acabaram abrindo as chamadas “brechas” legais. As quais são aproveitadas em benefício próprio justamente pelas autoridades que deveriam zelar pela correta aplicação das leis que norteiam a regulamentação das TVEs, os “coronéis eletrônicos”.

3 Lei nº 4.117/62 instituiu o CBT- Código Brasileiro de Telecomunicações

4 LOBATO, Elvira. Lei de 67 deixa emissoras educativas na ilegalidade. *Matéria Folha de S.Paulo*. mai. 2009

É importante enfatizar que a TV educativa, dependendo do contexto e das forças atuantes no cenário político, tanto pode ser considerada um instrumento de representatividade da sociedade civil, quanto ser utilizada para consolidar o poder de um Estado autoritário e centralizador, como foi feito no surgimento dessas emissoras.

Com a implantação da EBC- Empresa Brasil de Comunicação em 2008 perdeu-se a oportunidade de reavaliar as antigas leis da década de 60 que até hoje regem as TVs educativas. Leis que, não aplicadas, abriram sérios precedentes para a viabilidade de manutenção de TVs educativas no país.

Segundo Barbosa (2008), não existe na regulamentação a figura jurídica do que seria uma emissora pública no país, e as que se autodenominam assim: são emissoras que surgiram de diversas formas tanto em gestão como em conteúdo de programação: são educativas ligadas aos governos estaduais, algumas criadas a partir da fundação de direito privado e outras mantidas por universidades e comunitárias.

A lei que criou a TV Brasil permite liberdade na captação de recursos e patrocínios culturais, acesso a um fundo para fomento da radiodifusão pública e autônoma para escolher sua própria programação (LOBATO, 2009).

“(...) as emissoras não comerciais tiveram um limitado crescimento em sua aceitação pelos telespectadores. As duas redes nacionais – Educativa e Cultura – e as emissoras independentes, vinculadas a estados e a universidades, continuam operando com pouquíssimos recursos e vivendo uma longa, profunda e conceitual crise sobre verdadeiro papel no ambiente da indústria televisiva nacional (JAMBEIRO, 2008, pág.96).”

A Constituição Federal de 88, que poderia representar uma nova etapa da regulamentação da radiodifusão, no final, manteve o privilégio do oligopólio das comunicações. Dentre as mudanças mais significativas foi a decisão final pelas concessões que saiu das mãos do poder Executivo para o Congresso Nacional. O Congresso passou a aprovar os pedidos de outorgas e concessões de rádio com duração de 10 anos e de TV 15 anos. O artigo 221 “diz que a programação de rádio e de TV deve ser educativa e

cultural, estimular a produção independente e a regionalização, e respeitar valores éticos e sociais” (MARTINS; REBOUÇAS, 2007).

A Constituição instituiu também o modelo triplíce para a televisão brasileira – princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal – mas não houve regulamentação e, portanto, sem definições legais e muito menos conceituais.

Na visão de Bolaño (2007), a década de 90 foi marcada por transformações no setor das comunicações. A regulamentação da Lei do Cabo5, em um primeiro momento, representou uma vitória da esquerda política, uma luta que surgiu no Fórum Nacional pela Democratização e que impedia que as decisões fossem tomadas através de portarias ministeriais ou “desejos políticos”.

A Lei deu novos rumos à discussão da regulamentação da radiodifusão, o que não ocorria desde a década de 60 com o Código Brasileiro de Telecomunicações. Ela toca em pontos importantes como a proibição do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação, a preservação das finalidades educativas, culturais e de informação, a proteção a cultura regional, a pluralidade e estímulo a produção independente. Mas o autor lembra que atrás da exploração do mercado de TVs por assinatura estavam as empresas de capital estrangeiro e grandes empresas privadas como as Organizações Globo, a Multicanal e o Grupo Abril que faziam parte da ABTA – Associação Brasileira de TVs por Assinatura. Por isso, o novo cenário que se mostrava de mudanças, encobria os mesmos oligopólios dominantes dos meios de comunicação.

“O avanço obtido em termos do que se define como radiodifusão pública no país veio com a lei que regulou a cabodifusão, que criou os “canais de uso público” e estabeleceu a obrigatoriedade das operadoras de TV a cabo de veicularem tais canais: comunitário; Senado; Câmara Federal; canal Legislativo municipal/estadual; canal da Justiça; universitário e canal educativo-cultural (BARBOSA, 2008, pág. 50).”

De acordo com Fradkin (2007), “algumas emissoras tiveram como raiz de sua criação razões de ordem política, outras deveram sua existência à tenacidade individual de idealistas, e poucas foram as que surgiram com objetivos explicitamente definidos”. Não existem referências exatas, mas até 1995, cerca de quinze universidades receberam concessões – a maioria replicando a programação das duas maiores emissoras educativas do País –, a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro. Mas foi através do

surgimento da Lei do Cabo que as TVs universitárias triplicaram e hoje já representam 151 emissoras instaladas nos campi universitários (RAMALHO, 2010).

5 Lei nº 8.977 de 6 de janeiro de 1995

A TV universitária e seu crescimento

As TVs universitárias formam um segmento novo dentro da produção audiovisual brasileira. Elas nascem dos chamados “canais básicos de utilização gratuita”, que são aqueles voltados às Universidades e Instituições de Ensino Superior. Para Porcello (2002), a TV universitária surge como alternativa num momento de saturação dos atuais modelos existentes, sejam eles comerciais ou educativos.

“Entre 1995 e 2009, o número de TVs universitárias passou de cerca de 20 para aproximadamente 150, num salto quantitativo de 755%. No sistema por assinatura o conceito de canal muda completamente, já que a faixa de frequência, ou seja, o canal, carrega o conceito de “antena coletiva”, sendo compartilhado entre as universidades localizadas no município de abrangência da operadora. Apenas para exemplificar, o Canal Universitário de São Paulo é composto por nove TVs, cada qual responsável pelo seu conteúdo (RAMALHO, 2010, pág. 57).”

Segundo Ramalho (2007), define-se TV Universitária como sendo uma emissora ligada à universidade, centro universitário ou instituição de ensino superior (IES) e transmitida por canais de televisão abertos ou pagos, e/ou por meios convergentes - satélites, circuitos internos de vídeo, internet, entre outros. Por tratar-se de uma emissora pública, ou seja, sem fins lucrativos, deve ser mantida pela própria instituição acadêmica e, assim, comprometida com ela, ter o intuito de transformar o conhecimento armazenado na universidade em informação que seja compreensível por toda a população.

Mas o conceito de TV universitária ainda não é muito claro. Para muitos ela é responsável apenas pela produção de programas realizados por estudantes universitários. Para outros, é uma televisão de programação voltada apenas para o público estudantil.

“No conceito adotado pela ABTU (Associação Brasileira de Televisão Universitária), a Televisão Universitária é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, [...]. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários;

com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação, etc. (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, pág.5).

Um Canal Universitário entre o público e o privado

O número de TVs universitárias cresceu dentro do cabo nesses últimos 10 anos, via TV por assinatura, assim como as emissoras comunitárias e as legislativas. Isso coloca a maioria das emissoras públicas do país apenas no sistema de televisão paga (RAMALHO, 2010).

“O avanço obtido em termos do que se define como radiodifusão pública no país veio com a lei que regulou a cabodifusão, que criou os “canais de uso público” e estabeleceu a obrigatoriedade das operadoras de TV a cabo de veicularem tais canais. (...) Em sua origem, eles já demonstravam uma falta de clareza entre o que se entende por comunicação pública e o que se entende por estatal (BARBOSA, 2008, pág. 50).”

Para Prioli (2008) a distinção entre os dois tipos de TV não é clara. A TV estatal seria aquela diretamente financiada e gerida por organismos de Estado, enquanto a TV pública seria mais complexa. Teria financiamento tanto do Estado quanto do mercado e estaria submetida

a um conselho de representantes da sociedade, que teria autonomia total para orientar a linha editorial e destituir dirigentes, caso não a cumprissem.

“A televisão pública, entre nós, ainda é apenas um rótulo, ou no máximo um projeto.(...) Como acreditam que a simples ideia de educação pela TV aborrece o público, não poucos operadores desse campo passaram a utilizar o termo “televisão pública”, mais palatável e “vendável”. Outros, por sua vez, encaram o conceito como uma meta, um projeto político-cultural de transformar a TV educativa existente, quase toda estatal, em efetivo organismo sob controle da sociedade, livre das ingerências políticas dos governantes (Ibidem, 2008).”

Além de toda essa indefinição do que entendemos o que é público e o que é estatal, as TVs que hoje chamamos de públicas também se dividem em significado e conteúdo de programação. As TVs das IES – Instituições de Ensino Superior também não fogem a essa regra.

É via cabo que as TVs das IES se organizaram para a criação de um Canal Universitário. No artigo 23 da “Lei do Cabo”: “um canal universitário é reservado para as Instituições de Ensino Superior localizadas no município ou municípios da área de prestação de serviço” (BRASIL, 2001).

Dentro desses canais universitários, estão sediadas as TVs de universidades públicas e privadas, dividindo o mesmo espectro para veiculação da programação. “O grande desafio é exatamente construir uma unidade nesta diversidade, já que a maioria segue o modelo de divisão de horários por instituição, criando uma verda-

deira “colcha de retalhos”, prejudicando, assim, a identidade do canal perante sua audiência” (RAMALHO, 2010, pág.61).

Conclusão

A televisão brasileira, pautada a partir do modelo comercial, revelou-se um lugar primordial de moldagem ideológica do mundo e as TVs educativas, incluímos nesse contexto também as TVs universitárias, foram excluídas da possibilidade de atuação nesse cenário. Isso se deu pela não revisão das leis que regem a radiodifusão e que não acompanharam a evolução da sociedade contemporânea, salvaguardando interesses particulares dos grandes oligopólios da comunicação.

O caráter educativo não foi inicialmente delineado, apesar do Código Brasileiro de Telecomunicações e a Constituição de 88 estabelecer esse objetivo, e nem tal requisito teve parâmetros para ser avaliado. Apesar de as regras terem sido mudadas com o tempo, a programação de cunho educativo continuou a ser relegada ao campo das ideias.

É preciso entender qual é o papel das TVs públicas no país, sejam elas de caráter privado ou público e desta forma criar mecanismos legais que possibilitem sua sustentabilidade e desenvolvimento.

As produções de cunho educativo das emissoras educativas e universitárias podem e devem ganhar um maior espectro e desta forma propiciar um acesso maior às informações produzidas por elas, já que a maioria dessas emissoras hoje se encontra no cabo, e, portanto, de acesso restrito aos assinantes.

Talvez todas essas propostas de mudanças possibilitem a formação de uma TV pública de qualidade e com propostas mais claras sobre seus reais objetivos, propiciando uma proximidade maior com os anseios sociais da comunidade onde estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- . I Fórum Nacional de TV's Públicas: diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- . I Fórum Nacional de TV's Públicas: relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- ADORYAN, Adriano. A USP e sua TV: Um projeto de Universidade dentro da TV. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a.
- ALMEIDA, Maria Pia Mendes de. Televisões Universitárias: um projeto em andamento. Universia Brasil Net: Vida Acadêmica, 2004. Disponível em <http://www.universia.com.br/materia_imp.jsp?id=4820>. Acesso em: jul.2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA. Disponível em <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em 21 Mar.2009
- BARBOSA, Bia. TV Brasil: o faz-de-conta da emissora pública. Revista Adusp, janeiro de 2008, nº 42, págs. 49-54.
- BOLAÑO, César R. S. Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil? São Paulo. Ed. Paulus, 2007, César R. S.; MOTA, Joane Santos. O caráter educativo da TV no Brasil: questões históricas, políticas e econômicas. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008, César R. S.; MOTA, Joane. O caráter educativo da TV no Brasil: questões históricas, políticas e econômicas. Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0728-1.pdf>>. Acesso em nov. 2009

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 2010.

. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8977.htm>>. Acesso em: ago. 2010.

BRITTO, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. 1 ed. São Paulo : Paulus, 2005, v.1, pág. 77101. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy_coronelismo.pdf>. Acesso em: jan. 2010.

BRAZIL, Carlos. Discutindo os canais universitários. Univer-
sidade Brasil Net: Vida Acadêmica, 2004. Disponível em <http://www.universia.com.br/materia_imp.jsp?id=4837>. Acesso em: jun. 2010. BUCCI, Eugênio. A audiência na TV pública. Estado de São Paulo. 26 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=530J-DB009>>. Acesso em: dez. 2009. CAPARELLI, Sérgio. Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre. L&PM.1982.

COSTA, Sylvio; BRENER, Jayme. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 2, pág. 29-53, 1997. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/CBrevistaCePsum.asp?revista=33>>. Acesso em: set. 2009.

COUTINHO, Josmar Brandão. A Relação entre o Estado e a TV Educativa no Brasil: A Particularidade da TV Cultura do Estado de São Paulo. Tese de Mestrado: Unesp de Araraquara, 2003. Empresa Brasileira de Comunicação. TV Pública no Mundo, 2007. Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:HI6_HONIRMoJ:www.ebc.com.br/tv-publica/tv-publica-no-mundo+financiamento+Tv+p%C3%BAblica&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 27 nov. 2009 às 10h25.

FRADKIN, Alexandre. História da Televisão Pública/Educativa. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/HistoriaTVEducativa.doc>>. Acesso em: nov. 2009

INTERVOZES. Propostas do Intervenções para a I Conferência Nacional de Comunicação: Contribuições a um programa para a efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/publicacoes/documentos/propostas-do-intervozes-para-a-conferencia-nacional-de-comunicacao/Intervozes02-Propostascompleto.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

JAMBEIRO, Othon. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos? Estudos de Sociologia, Ano 12, n. 24, 1º semestre 2008, pág. 85-104. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=issue&op=view&path\[\]=181](http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=issue&op=view&path[]=181)>. Acesso em dez. 2009

LIMA, Vilma Silva. CNU: A TV Universitária no Mercado Televisivo Paulistano. Univeria Brasil Net: Vida Acadêmica, 2004. Disponível em <http://www.universia.com.br/materia_imp.jsp?id=4844>. Acesso em: jul.2010.

LIMA, Vinícius A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios Comunitárias: Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). As autorizações de emissora como moeda de barganha política. Junho de 2007. Disponível em: <http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/.../Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2010 às 19h.

LOBATO, Elvira. Lei de 67 deixa emissoras educativas na ilegalidade. Matéria Folha de S.Paulo. maio 2009.

MAGALHÃES, Cláudio. TVs Universitárias: uma televisão diferente. Observatório da Imprensa: Diretório Acadêmico, 2003. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da111120031p.htm>>. Acesso em: ago.2009.

MARTINS, M. ; REBOUÇAS, E. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil. Intercom - V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo. 2007.

MATTOS, Laura. Folha on-line: BBC traz seu modelo à TV pública nacional. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u33886.shtml>>. Acesso em 26 nov. 2010

PIERANTI, Octavio Pena. Políticas públicas para radiodifusão e imprensa. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.

PORCELLO, Flávio Antônio Camargo. TV Universitária: limites e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PRIOLLI, Gabriel. A nova rede se enreda: TV Brasil, teia de equívocos. Observatório da Imprensa: TV em Questão, 2007. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=446TVQ005>>. Acesso em: dez. 2010.

Estatual ou Pública? A TV que não ousa dizer o nome. Observatório da Imprensa, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=470TVQ001>. Acesso em ago.2010

RAMALHO, Alzimar R. O perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa . Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, 2010.

. A TV universitária como ponte entre a produção científica e as massas: a TV FEMA em Assis (SP). 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação: Mídia e Cultura) - Universidade de Marília, Marília, 2005.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTO, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder. São Paulo: Paulus, 2005.

SENNETT, R. O Declínio do Homem Público - as Tiránias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.

SOUZA, Mériti de. Televisão, violência e efeitos midiáticos. Psicologia, ciência e profissão : v. 23 nº 4. Brasília. Dez. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932003000400012&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: jan.2010.